

MULHERES NO BRASIL

Cecília Maria Fogaça Ribas*

O livro *História das Mulheres No Brasil* é composto de vinte artigos, organizados por Mary Del Priori, editado pelo Contexto e recebeu o Prêmio Jabuti pela sua qualidade.

Seus artigos são escritos por diferentes autores, relacionados à mulher, as classes a que pertencem, suas práticas e espaços que ocupam sejam no lar, na fábrica, na escola, no norte, no sul, na cidade, no campo; socialmente, as pobres, as burguesas, as escravas, operárias, donas-de-casa, sinhazinhas, a heroína romântica, a bóia-fria, entre outras; as moralmente identificadas, castas, fiéis, rebeldes, prostitutas, perseguidas, admiradas.

Cada artigo aborda um tema, e todos eles, relatam em seu contexto toda diversidade de experiências, comportamentos, ideologias e lutas, muita luta para conquistar respeito e o direito de “*existir, viver e ser*”, que segundo a autora e organizadora deste livro, foi a razão pela qual ele foi editado. Esta obra também nos permite reflexões a cerca do que foi e o que é a realidade da mulher numa sociedade machista e patriarcal desde o Brasil colônia, até nossos dias.

Através de seus artigos, vamos nos interando das transformações pelas quais vão passando as “identidades de mulher”, de que maneira se deu a sua contribuição para a construção da sociedade brasileira, e qual o lugar que ocupa historicamente.

Não sendo possível abordar todos os artigos, selecionei apenas dois para nossa reflexão.

Biografia

* Graduanda pelas Faculdades do Brasil-UniBrasil em 2007, no Curso de Letras Espanhol, professora na rede pública de ensino em Curitiba

1- ESCRITORAS, ESCRITAS, ESCRITURAS

Escrito por Norma Telles, historiadora e cientista social, fez doutorado na Puc-SP em 1987 com este trabalho sobre escritoras brasileiras do século XIX. Professora de antropologia, e pesquisadora de assuntos ligados a mulher também artista. Publicou *Cartografia Brasilis* (1984), *Encantações* (1998), *Mínimas Rimas dos Ventos de Outono* (2004).

Este artigo se refere às mulheres que ousaram pegar na pena e escrever, apesar de toda dificuldade e do preconceito para com as escritoras do século XIX, que deixaram para traz suas identidades de bonecas, de anjos do lar, de musas inspiradoras, totalmente neutras na atividade literária, para ocuparem o lugar de quem escreve, e não mais de quem passivamente só posava.

Para que pudessem efetivamente participar de atividades literárias, as mulheres precisaram se utilizar de uma estratégia que escondessem suas reais identidades. Para isso usavam pseudônimos na tentativa de seus escritos terem aceitação pública. Para elas o uso de um pseudônimo, acontecia como uma nova fase em suas vidas, o surgimento, de um segundo eu, batizado com o nome de escritora, como citação abaixo:

No início do século, foi comum escritoras adotarem um pseudônimo para encobrirem a identidade, para serem aceitas pelo público. Nas últimas décadas a adoção do pseudônimo passa a ter outra conotação, começa a ser usado como palavra de poder, marca de um batismo privado para o nascimento de um segundo eu, um nascimento para a primazia da linguagem que assinala o surgimento da escritora. Até como um ícone do domínio da sensibilidade, da habilidade e talento. (PRIORE, p.431)

Segundo Virgínia Woolf, escritora e crítica literária inglesa que viveu nas primeiras décadas do século XX, por muito tempo a mulher serviu de “*espelho mágico*”, em que refletia a figura do homem em tamanho maior que o natural. Sem este espelho, afirma a escritora, não conheceríamos as vitórias nas guerras, e os super-homens não teriam existido. Esta questão do espelho mágico retrata com clareza sua situação de nulidade e submetimento da mulher diante do homem, e supervalorizando a figura dele.

As ousadas mulheres do século XIX escreveram de romances a jornais, e seus “cadernos goiabada”, denominados assim por Lygia Fagundes Telles, escritora contemporânea, também autora de um artigo deste livro, com o título, “Mulher, Mulheres”. Baseada em relatos de uma tia-avó, que não se casou, e na sua mãe, que a inspirou para a expressão “mulher goiabada”, segundo a autora ela fazia a melhor

goiabada do mundo. Os “cadernos goiabada” eram diários e álbuns de capas de cetim, onde elas encontravam o recurso ideal, em verso ou em prosa para registro de suas inspirações, sentimentos expressos em meio a anotações dos gastos da casa, receitas, à economia doméstica, escritos com a fina pena de ganso e com a cor da paixão. Segundo Lygia, as mulheres já casadas escondiam seus diários, porque segredos saídos da pena de mulher casada só podia ser bandalheira, caraminhola, dizia se avô. Diante disso, diz a autora:

Vejo assim nessas tímidas arremetidas o nascedouro da literatura feminina, na maioria, assustados testemunhos de estados d’alma, confissões e descobertas de moças num estilo intimista – o chamado estilo subjetivo com suas dúvidas e esperanças espartilhadas com elas mesmas, tentando assumir seus devaneios. (PRIORE, p. 671)

Apesar da dificuldade de ingresso no território das letras, até então privilégio só de homens, muitas foram as corajosas mulheres a invadir som seus já citados diários, esse campo, e que vou citar a seguir algumas delas.

Ana Lisboa dos Guimarães Peixoto Bastos (1889-1985), nossa conhecida Cora Coralina, doutora, *honoris causa*, pela Universidade de Goiás, membro da Academia Goiana de Letras. Recebeu o troféu Jabuti por ser poeta e ficcionista, e o Prêmio Juca Pato, como intelectual do ano de 1984. Poeta desde os 14 anos, escreveu um livro em que descreveu sua casa assombrada por memórias dos tempos e glórias passadas, por fantasmas da infância, onde nasceu e se fez jovem, até sair e ganhar a vida como doceira e então se tornar Cora Coralina, a escritora e grande contadora de histórias.

Maria Firmina dos Reis (1825-1917) é autora do primeiro romance escrito por mão feminina no Brasil, com título, “*Ûrsula*” (1859). Nesta época havia 1849 meninos e 347 meninas cursando o primário. Estes números mostram a ínfima oportunidade de estudar dada às mulheres e por isso muitas delas acabavam estudando sozinhas. Além de escritora, foi professora por 34 anos, tradutora de francês, foi música e compositora, abolicionista e escreveu um Hino da Abolição dos Escravos, como canta o fragmento:

Quebrou-se enfim a cadeia
Da nefanda Escravidão!
Aqueles que antes oprimias,
Hoje terás como irmãos!

Narcisa Amália (1852-1924) é outra destas mulheres, filha de professores,

e de um homem de letras, casou-se duas vezes. A primeira vez com um artista mambembe e logo o deixou, e a segunda com um padeiro, que segundo boatos não suportou “as veleidades intelectuais da esposa”, e também se separaram. Escreveu um livro de poemas, “Nebulosas”; com o redatora em jornais, como o *Rezendense*, *Diário Mercantil de São Paulo*, *A Família*, *O Garatuja*. Com idéias democráticas e progressivas, usa de sua pena e escreve um poema, no livro “Nebulosas”, saudando a Revolução Francesa, que diz assim:

No pedestal da igualdade
Firma o povo a liberdade,
Um canto à fraternidade
Entoa a voz da nação,
Que em delírio violento
Fita altiva o firmamento,
E adoro por um momento
A deusa – Revolução!

Narcisa consagrou-se à independência e ao feminino, à liberdade educacional e artística da mulher. Sofreu muitas críticas por se dedicar aos ideais liberais. Em dezembro de 1872, C. Ferreira, do jornal *Correio do Brasil*, RJ, declara:

Mas perante a política, cantando as revoluções, apostrofando a reio, endeusando as turbas, acho-a simplesmente fora de lugar [...] o melhor é deixar [o talento da ilustre dama] na sua esfera perfumada de sentimento e singeleza. (PRIORE, p. 422).

Maria Benedicta Camara Bormann (1853-1895), usava o pseudônimo “Delia”. Escreveu vários romances, entre eles “Aurélia”, colaborou com jornais do Rio de Janeiro, como a *Gazeta da Tarde*, *A Família*, *O Paiz*. Seus temas sempre abordaram a questão da “Nova Mulher”, sua vida profissional, sua sexualidade mal resolvida, ignorantemente encarada como doenças nervosas, como as histerias por exemplo.

Julia Lopes de Almeida (1862-1934), jornalista e autora por mais de quarenta anos. Em 1885, foi convidada a fazer parte do corpo de redatores de *A Semana*, do Rio de Janeiro, onde trabalhava Olavo Bilac, Artur Azevedo e Filinto de Almeida, seu futuro marido. Seus escritos defendiam questões urbanas, da educação da mulher, do divórcio, da Abolição e da República. O morro de Santo Antonio no RJ, não fora arrasado porque Julia se posiciona contra nos jornais, em defesa da cidade.

Lembrando agora de escritoras da contemporaneidade, não há como esquecer de *Hilda Hilst*, paulista, formada em direito, poeta, dramaturga e

ficcionista, escreve há quase 50 anos. Recebeu vários prêmios por seus escritos, entre eles o Prêmio Jabuti, Prêmio PEN, Prêmio Cassiano Ricardo, e outros. Segundo Hilda, escrever requer muito esforço; *Raquel Jardim*, autora de “Cheiros e Ruídos”, diz que demorou muito tempo para se definir como escritora e definir sua forma de expressão; quem poderia se esquecer de *Zélia Gattai* em “Anarquista Graças a Deus”; *Clarice Lispector*, *Cecília Meireles*, *Lya Luft*, e tantas outras merecedoras de serem lembradas, que este artigo não tem capacidade para abordar.

Muito importante também foram as jornalistas, que fundaram jornais, visando esclarecer, informar, reivindicar às suas leitoras, dar apoio e cobrir qualquer evento ou aventura que envolvesse mulheres brasileiras e estrangeiras no campo das letras e nas suas várias profissões.

Dentre muitas, citarei algumas: nos Jornais *Escrínio* e *Corymbo*, RJ (1884), irmãs *Revocata Heloísa de Melo* e *Julieta de Melo Monteiro*; na Tribuna Femenina, RJ (1919), *Leonilda Daltro*, *Maria Lacerda de Moura* e a portuguesa, *Ana de Castro Osório*; no Jornal *Panteon*, RS (1873), escrevia *Luciana de Abreu*; o Jornal *O Sexo Femenino*, RJ (1875), de *Francisca Senhorinha de Mota Diniz*; a Revista *Mensageira*, SP (1897), de *Priscila Duarte de Almeida*; o Jornal *A Família*, SP (1888), fundado por *Josefina Álvares de Azevedo*, em seu jornal abordava assuntos referentes ao divórcio, ao voto feminino, denunciava a dificuldade da educação para a mulher, e escreveu assim sobre a situação da escritora no Brasil: “É tristemente desanimadora a contingência das brasileiras”, pois nem mesmo conseguem utilizar a inteligência, “que diriam por aí de algumas escritoras que se reunissem para formar um Clube que não se destinasse a dar bailes? (PRIORE, p. 423)

No final do século XIX, o modelo de mulher era que falasse inglês, francês, desenhasse bem, tocasse piano, cantasse, etc. Com seus escritos *Délia* (Maria Benedicta Bormann), começa romper com o estereótipo de mulher reprimida sexualmente, tendo o casamento como única opção de vida. A nova mulher era convicta de suas capacidades no lar e fora dele, acreditava na luta pela sua independência sexual, desvinculadas do casamento, com maiores oportunidades de estudo e realizações profissionais.

Todos esses fatores geraram uma preocupação na sociedade conservadora da época, que grita para que todos ouçam, “que tais ambições das mulheres, trariam enfermidades, esterilidades e a degeneração da espécie”. Homens, então, se juntam para condenar a “nova mulher”, e celebrar a antiga. Médicos da Inglaterra sustentavam que “desenvolver o cérebro da mulher, implica em não nutrir o útero, e por isso, se o fizesse, ela não poderia mais servir à reprodução da espécie”, fazendo ligações entre epidemias e doenças nervosas, a anorexia, a neurastenia, as histeria,

com as aspirações desmedidas das mulheres.

Um artigo na Revista Ilustrada (1886), com o título “O eterno feminino”, dizia:(...) “ não iam longe os tempos em que os honrados pais de família se opunham a que suas filhas aprendessem a ler para evitar que enviassem bilhetes aos namorados”, esquecendo-se, pobres ingênuos, que os mesmos recadinhos chegariam mais rápidos em viva voz.

Segundo Kobena Mercer em “A Identidade Cultural Pós-Moderna”, de Stuart Hall, “a identidade somente se torna uma questão de identidade quando, está em crise, quando algo que se supõe como fixo e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza”. Mercer quer dizer com isso que quando a mulher se desacomoda e reflete sobre sua condição, ela desconstrói identidades que lhe são pré-estabelecidas.

2- MULHERES NA SALA DE AULA

Este artigo foi escrito por Guacira Lopes Louro, doutora em educação pela UNICAMP, quando defendeu a tese “Prendas e Anti-prendas: uma história da educação feminina no Rio Grande do Sul”. Fundou o GEERGE (Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero), da UFRGS, em 1990, onde ainda é atuante pesquisadora. Professora aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, porém ainda permanece colaborando com as atividades de docência e orientação de teses, em Pós Graduação.

Agora em se tratando de educação, a autora nos apresenta mais uma mulher importante, Nísia Floresta (1810-1885), professora e autodidata, escreveu o “Opúsculo Humanitário” em 1853, uma coleção de artigos sobre emancipação feminina, que foi elogiado até por Augusto Comte, pai do positivismo. Em um dos artigos, no capítulo XXV, Nísia se mostra terminantemente contrária às idéias e práticas de educação adotadas na época:

A palmatória era o castigo menos afrontoso reservado às meninas por mulheres, em grande parte, grosseiras, que faziam uso de palavras indecorosas, lançando-as ao rosto das discípulas, onde ousavam imprimir alguma vez a mão, sem nenhum respeito para com a decência, nem o menor acatamento ao importante magistério, que sem compreender exerciam. (...).Esta inaudita e brutal severidade era sancionada por grande número de pais, cuja educação tinha sido assim feita, e cujo rigor doméstico não era menos cruel. ‘Será preciso primeiramente educar os pais, para que se possa conseguir a boa educação dos filhos. (PRIORE, p. 446)

Revolucionária, como muitas mulheres em meados do século XIX, elege a educação como instrumento para reivindicar a emancipação da mulher e denunciar sua condição de submissão.

Após a Proclamação da República, seria necessário se pensar em práticas mais transformadoras, em um país que segundo Guacira, ainda tinha marcas coloniais, “*atrasado, inculto e primitivo*” Com isso se discute a importância da educação para modernização do país. Apesar de tantos esforços neste sentido, já quase século XX, grande parte da população ainda era analfabeta.

Em 1827, ano que se estabelece a primeira lei de instrução pública, legisladores determinam que se fizessem “*escolas de primeiras letras*”, as chamadas escolas pedagógicas, para saber ler, escrever, conhecer as quatro operações. Muito foi questionado quanto ao valor desse saber, numa sociedade escravocrata e rural, em que coronéis silenciavam seus agregados, mulheres e crianças, submetidos ao trabalho e sem nenhum de seus direitos garantidos.

As escolas, na maioria para meninos, também para meninas, fundadas por congregações religiosas, com professores para meninos e professoras para meninas, com ensino e educação com certa diferenciação para cada sexo. Os meninos além das disciplinas convencionais, estudavam geometria, e as meninas bordado e costura.

Após regulamentado o ensino público, aliás seria esse o único nível a que teriam acesso as meninas, afirmando que:

(...) seriam nomeadas mestras dos estabelecimentos “aquelas senhoras que por sua honestidade, prudência e conhecimento se mostrarem dignas de tal ensino, compreendendo também o de coser e bordar. Aqui vale notar que, embora a lei determinasse salários iguais, a diferenciação curricular acabava por representar uma diferenciação salarial, pois a inclusão da geometria no ensino dos meninos implicava outro nível de remuneração no futuro que só seria usufruído pelos professores. (PRIORE., 457)

A diversidade de classes, etnias, raça e religião foram de suma importância na determinação do currículo a se proposto para a educação daquela época, (quase século XX).

Para população de origem africana, a escravidão significava uma negação do acesso a qualquer forma de escolarização. A educação das crianças negras, segundo a autora, se dava na violência do trabalho e nas formas de luta pela sobrevivência.

Diante disso proponho um silencioso questionamento, quanto ao acesso do negro na educação, daquela época até nossos dias. Como está a oportunidade de ensino para os negros, hoje?

Quanto aos indígenas, tiveram a educação ligada às práticas de seus

grupos de origem, tinham sua presença proibida em escolas públicas.

As diferentes etnias de “trabalhadores livres”, os imigrantes alemães, italianos, espanhóis, japoneses, etc., construíram suas escolas com diferenciações na proposta educativa, muitas vezes com auxílio direto de suas regiões de origem, para meninos e para meninas e conforme sua ocupação na produção e na sociedade brasileira, como por exemplo, operários fabris, lavradores.

A educação das moças de classes sociais mais privilegiadas, era dado o ensino da leitura, da escrita, da matemática (noções básicas), piano, francês, habilidades com agulha, como bordado e costura, as rendas, as culinárias, mando aos criados e serviços e acrescida de elementos que pudessem torná-las não apenas uma companhia mais agradável ao marido, mas também uma mulher capaz de bem representá-lo socialmente. Geralmente essas aulas eram ministradas por professoras particulares em suas próprias casas.

Apesar da variedade de ensino para as mulheres, independentemente da classe a que pertenciam, a concepção de estudo para elas era a mesma, que “*as mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas*”, ou seja:

(...) para elas, a ênfase deveria recair sobre a formação moral, sobre a constituição do caráter, sendo suficientes, provavelmente, *doses pequenas ou doses menores de instrução*. Na opinião de muitos, não havia porque *mobilizar* a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial – como esposa e mãe – exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios. Ela precisaria ser em primeiro lugar, mãe virtuosa, *o pilar de sustentação do lar*, a educadora das gerações do futuro. A educação da mulher seria feita, portanto para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos ou, na linguagem republicana, na função de formadora dos futuros cidadãos. (PRIORE, p. 446)

A sociedade então admite a força e a importância da mulher na colaboração para modernização da sociedade. Com isso foi necessário formar mulheres que contribuíssem não só na educação em seus lares, mas também na educação nas escolas. Elas deveriam ser “diligentes, honestas, ordeiras, asseadas, e a elas caberia controlar seus homens e formar os novos trabalhadores e trabalhadoras do país”. Criando dessa maneira uma nova identidade para a mulher.

Então nasce o magistério, trabalho de mulher, as escolas “normais”, para formação de docentes, para ambos os sexos, porém, em classes separadas, de preferência em turnos e prédios diferentes.

Como se vê, mais uma vez as mulheres avançam espaços até então

ocupados só por homens, só eles exerciam essa função. Porém, agora elas se fizeram necessárias como já vimos, para além de educar, formar homens. As classes de meninas deveriam ser regidas por “senhoras honestas”. As escolas normais, por este motivo, tiveram um crescente aumento no seu número de matrículas de alunas, e a diminuição de alunos, o que causou muita preocupação nos diretores das escolas, pois com isso, se deu origem a “feminização do magistério”, fenômeno também observado em outros países.

O processo não se dava, contudo, sem resistências ou críticas. A identificação da mulher com a atividade docente, que hoje parece a muitos tão *natural*, era alvo de discussões, disputas e polêmicas. Para alguns parecia uma completa insensatez entregar às mulheres usualmente despreparadas, portadoras de cérebros “pouco desenvolvidos”, pelo “desuso” a educação das crianças. Um dos defensores dessa idéia, Tito Lívio de Castro, afirmava que uma aproximação notável entre a psicologia feminina e a infantil, embora essa semelhança pudesse sugerir uma “natural” indicação da mulher para o ensino das crianças, na verdade representava “um mal, um perigo, uma irreflexão desastrosa”. Na sua argumentação, mulheres e clero vivam voltados para o passado e, portanto, não poderiam “preparar organismos que se devem mover no presente ou no futuro.”(PRIORE, p.454)

Porém, outras vozes argumentavam em favor da mulher, “afirmavam que as mulheres tinham por natureza a inclinação para o trato com as crianças, já eram suas naturais educadoras, poderiam também lhe ser confiadas a educação escolar. Se o seu destino era a maternidade, o magistério então, passaria a ser a sua extensão. Cada aluno visto como um filho espiritual. Argumento perfeito, segundo a autora deste artigo, pois, “a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la”.

Por caminhos diferentes, porém, mais uma vez reforçando a identidade da mulher-mãe. O magistério que trouxe uma nova identidade para elas, passa a ter características tipicamente femininas, “paciência, minuciosidade, afetividade, doação, vinculada a tradição religiosa reforça a idéia de que a docência deve ser percebida mais como um sacerdócio do que uma profissão. Construindo assim a identidade das mulheres dóceis, dedicadas e pouco reivindicadoras, que a meu ver nada mais era que tentar mais uma vez calar as vozes das mulheres que sempre reivindicam seus direitos de existir, viver e ser.

Como já foi dito antes, a diminuição dos alunos no magistério diminuiu também os professores para os alunos meninos, abrindo mais uma oportunidade de inserção das mulheres no mercado de trabalho. Porém, foi-se convencionado que toda a atividade da mulher seria transitória, porque deveria ser interrompida

no momento em que a ela fosse imposta a verdadeira missão, a de esposa e mãe. O magistério era um trabalho para mulheres e de um só turno, porque não poderia atrapalhar nas atividades domésticas. Dessa forma se justificava que o salário delas tinha redução diante do salário dos professores.

No começo do século XX, as disciplinas de psicologia, puericultura, higiene escolar e economia doméstica, foram incorporadas ao currículo das escolas normais, não somente para a formação da moderna mestra, mas com intuito de prepará-la também para o casamento e a maternidade, e para a vida do lar.

Cria-se novamente uma nova identidade, agora para as professoras. Elas deveriam, segundo a autora, “manter-se acima do comportamento comum”, e com profundos efeitos sobre suas vidas de mestras. Deveriam ser modelos para seus alunos, exercendo com isso um rígido controle de seus desejos, falas, gestos e atitudes, e fiscalizadas pela sociedade. Também se convencionou que as professoras não poderiam ter uma relação afetiva e com mais intimidade com os alunos, (quando já ministravam aulas para eles também), nem sequer falar de sua vida particular, ela deveria ter completos 23 anos para ministrar aulas para alunos de até 10 anos. A normalista precisava ser protegida e controlada, devido ao seu caráter frágil e propenso a sentimentos, pois toda atividade fora do lar representava um risco. Por isso deveriam ser severas, de poço riso, com sua afetividade escondida. Era necessário salvaguardar a sexualidade dos meninos e das professoras. Essa sanção previa cuidar da sexualidade daqueles ou daquelas que faltassem ao “decoro devido entre os sexos”. Por este motivo era negado o cargo à professora que optasse pelo casamento, relacionando a gravidez, que era motivo de censura.

Mulheres inconformadas com essa situação reúnem-se para protestar, na Liga do Magistério Catarinense, porém, sem sucesso na sua reivindicação, e ainda identificadas como, Mulher-homem.

Só a partir da década de 30 século XX, se conheceu outra identidade, a das professorinhas, tias trabalhadoras da educação, que já não eram mais as “operárias divinas”, mães espirituais de seus alunos, estavam incorporadas novas teorias (psicologia, sociologia, pedagogia), novos interesses, agora constituídas “educadoras”, para depois “profissionais do ensino”, para “tias”, que seguindo os novos pressupostos pedagógicos, deveriam ser menos severas e mais sorridentes, podendo então, educar com mais afetividade.

A representação da mulher professora na sociedade brasileira produziu uma identidade que associava a decisão pela carreira de professora, ao fato de se considerar, fora dos modelos de graciosidade exigidas para uma mulher. As moças que se consideravam feias, retraídas, solteironas e até defeituosas, se sentiam como

que chamadas ao magistério, pois, através dele estariam de alguma forma mais próximas de sua função, a maternidade, e se sentiam como que mães espirituais de seus alunos, e como única forma de dar à luz.

As profissionais do ensino, agora já ocupam espaços administrativos e burocráticos na educação, sendo necessário, portanto, capacitação técnica eficiente e produtiva para as supervisoras, orientadoras e psicólogas.

As mulheres de antes sem voz, que foram caladas, agora participam de grêmios estudantis, associações, e sindicatos, em que é representada por mulheres militantes, dispostas a irem às ruas reivindicar melhores salários e melhores condições de trabalho, através de graves e manifestações públicas.

Essa nova mulher, forte e lutadora, causa muito espanto e preocupação, porque rompe com antigas identidades, com o caráter de doação, entrega, submissão, e obediência.

Stuart Hall, no seu livro, *A Identidade Cultural Pós-Moderna*, na página 48, argumenta que: “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação”.

A sociedade foi formulando símbolos e representações para as mulheres, como, sagrada, frágil, dócil, bela, etc., e assim se foram criando suas identidades.

Segundo Norberto Bobbio, filósofo italiano, e um dos maiores pensadores da contemporaneidade: “a revolução da mulher, foi a mais importante revolução do século XX. Não a revolução da gritaria a todas as vozes, pelos direitos feministas, e em busca da liberdade, houve muito exagero, pois toda a revolução é mesmo exagerada.” Se refere sim, a verdadeira revolução, prudente, paciente, em que se desenvolveu plenamente durante a Segunda Grande Guerra, em que os homens válidos ocuparam seus lugares nas trincheiras, deixando os espaços para as mulheres exercerem seus ofícios, nas fábricas, nos escritórios, universidades, inclusive em atividades paralelas a guerra. Enfim, em todos os seguimentos da sociedade, enfrentando todo tipo de desafios, entre eles os preconceitos, com coragem e dedicação, responsabilidade até então só exigidos ao Primeiro Sexo.

Tudo isso sem abandonar suas funções de antes, como esposa, mãe, dona-de-casa (realidade que ainda perdura, devido a sua eterna identidade de mulher. Porém, como mulheres, sabemos que essa luta é diária. Ela permanece escondida atrás de atitudes machistas, embora negadas, estão aí, nos dando cada dia o incentivo para nunca desistir, e continuar. Até quando? Até sempre, é claro!!!

REFERÊNCIAS

PRIORE, Mary Del (Org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). História das Mulheres no Brasil. 3ed. São Paulo:Contexto, 2000, 678pp.